

SECIL BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.634.131/0001-00

Para versão digital deste balanço acesse o link:  
<https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/secil-brasil-participacoes-s-a/>

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativos	Nota	2023	2022	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.256	4.878	77.266	200.689	Fornecedores	15	-	-	96.756	96.873
Contas a receber de clientes	8	-	-	43.490	39.340	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	210.462	205.669
Estoques	9	-	-	99.430	85.724	Passivos de arrendamento	17	-	-	8.282	6.580
Impostos a recuperar	10	185	159	20.084	18.935	Salários e encargos sociais	-	-	-	14.722	13.442
Partes relacionadas - outros créditos a receber	24	-	-	1.305	1.407	Impostos a recolher	18	29	7	42.030	16.479
Outros créditos a receber		38	50	8.195	11.415	Adiantamentos de clientes		-	-	1.013	711
						Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	38.618	39.403
		5.479	5.087	249.770	357.510	Outras contas a pagar		12	14	7.744	7.297
								41	21	419.627	386.454
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Impostos a recuperar	10	-	-	36.833	38.503						
Outros créditos a receber		-	-	5.369	3.213						
Investimentos	11	664.126	685.924	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	296.495	414.032
Imobilizado	12	-	-	1.025.764	1.047.220	Passivos de arrendamento	17	-	-	3.249	2.738
Direito de uso dos ativos	13	-	-	10.025	8.297	Impostos a recolher	18	-	-	184.517	206.071
Intangível	14	-	-	288.989	285.619	Impostos diferidos	23	30.236	30.236	39.271	37.864
						Provisão para litígios	25	3.215	2.972	19.913	17.118
		664.126	685.924	1.366.980	1.382.852	Outras contas a pagar		-	-	50	52
								33.451	33.208	543.495	677.875
						<b>Total do passivo</b>		<b>33.492</b>	<b>33.229</b>	<b>963.122</b>	<b>1.064.329</b>
						<b>Patrimônio líquido</b>	19				
						Capital social		650.884	650.884	650.884	650.884
						Reservas de capital		18.724	18.724	18.724	18.724
						Prejuízos acumulados		(33.495)	(11.826)	(33.495)	(11.826)
						Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		636.113	657.782	636.113	657.782
						Participação de acionistas não controladores		-	-	17.515	18.251
						Total do patrimônio líquido		636.113	657.782	653.628	676.033
Total do ativo		669.605	691.011	1.616.750	1.740.362	Total do passivo e patrimônio líquido		669.605	691.011	1.616.750	1.740.362

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receitas de vendas e serviços	20	-	-	668.721	692.256
Custo das vendas e dos serviços prestados	21	-	-	(500.182)	(461.050)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	168.539	231.206
(Despesas) receitas operacionais Gerais e administrativas Comerciais	21	(180)	(111)	(25.577)	(23.527)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	-	-	(88.230)	(100.842)
Outras receitas e despesas, líquidas	21	-	-	(312)	(40)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(21.799)	(12.308)	-	(1.298)
<b>(Prejuízo) lucro antes das despesas financeiras, líquidas e impostos</b>		<b>(21.979)</b>	<b>(12.419)</b>	<b>61.282</b>	<b>105.499</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras	22	(276)	(242)	(125.340)	(163.746)
Receitas financeiras	22	650	184	43.077	57.299
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>		<b>374</b>	<b>(58)</b>	<b>(82.263)</b>	<b>(106.447)</b>
<b>(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(21.605)</b>	<b>(12.477)</b>	<b>(20.981)</b>	<b>(948)</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	23	(64)	(9)	(64)	(6.308)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23	-	-	(1.407)	(5.663)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<b>(21.669)</b>	<b>(12.486)</b>	<b>(22.452)</b>	<b>(12.919)</b>
Atribível aos acionistas				(21.669)	(12.486)
Participação de não controladores				(752)	(433)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>				<b>(22.421)</b>	<b>(12.919)</b>
Ações em circulação no fim do período (em milhares)				650.884	650.884
(Prejuízo) lucro líquido por ação do capital social no fim do período - R\$				(0,03)	(0,20)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)								
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		650.884	18.724	659	12.539	-	682.806	18.684
Distribuição dividendos	19	-	-	-	(12.539)	-	(12.539)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(12.486)	(12.486)	(433)
Reversão da reserva legal	19	-	-	(659)	-	659	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		650.884	18.724	-	-	(11.827)	657.781	18.251
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(21.669)	(21.669)	(736)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		650.884	18.724	-	-	(33.495)	636.113	17.515

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional**

Sécil Brasil Empreendimentos e Participações S.A., ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia detém participação acionária na Supremo Cimentos S.A. ("Supremo") e detém o controle indireto da Margem Companhia de Mineração ("Margem"), através da controlada Supremo Cimentos S.A., conjuntamente, definidas como o "Grupo". A Supremo e a Margem têm como atividades preponderantes a fabricação, importação e comercialização de cimentos e seus derivados, bem como prestação de serviços de concretagem, e extração e beneficiamento de calcário, entre outras atividades relacionadas.

**Situação econômico financeira e planos de negócio do Grupo**

Em 31 de dezembro de 2023, nas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo apresentam excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 169.857 (R\$ 28.944 em 31 de dezembro de 2023). O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é decorrente, principalmente, do endividamento para obtenção de recursos financeiros para a construção da fábrica da Margem e dos projetos de melhoria posteriores que ocorreram: cinta transportadora (flying belt), britador, ensacadeira e combustíveis alternativos, para o ano de 2024 teremos novos projetos de investimento todos em andamento, para os quais foram necessários contratar operações de curto prazo conhecidas como 'empréstimos ponte'. Há que se ressaltar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pelas Companhias.

O equilíbrio financeiro de curto prazo do Grupo está em processo de negociação para estender os prazos de pagamento de sua dívida financeira. Espera-se que essa iniciativa resulte em melhorias na condição atual de seu capital circulante líquido.

Durante o exercício de 2023, a operação da Controlada foi impactada por uma série de desafios operacionais, notadamente relacionados à produção de clínquer. No primeiro semestre, enfrentamos dificuldades significativas devido à formação de anéis no forno, resultando em interrupções frequentes na produção de clínquer, e consequentemente, na produção de cimento.

Essas interrupções afetaram nossa capacidade de atender à demanda do mercado e resultaram em uma diminuição no faturamento em comparação com o exercício

anterior. Além disso, os custos associados às paradas no processo produtivo contribuíram para uma redução no resultado operacional.

Embora tenhamos implementado medidas corretivas e solucionado o problema no terceiro trimestre do ano, os impactos financeiros dessas interrupções se refletiram no resultado anual da empresa.

É importante ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados, o Grupo permanece comprometida em manter e fortalecer suas operações, buscando constantemente melhorias em seus processos produtivos e adotando medidas preventivas para mitigar futuros contratempos operacionais.

A nova fábrica da controlada Margem, considerada uma das mais modernas do Brasil continua a apresentar um desempenho operacional notável, quer em termos de confiabilidade, quer em termos de consumos específicos, portanto mantemos a expectativa de que haverá uma evolução muito positiva na situação do Grupo, assim que o mercado brasileiro de construção retomar o caminho do crescimento.

É convicção da Diretoria que a nova fábrica suportada por equipamentos da melhor tecnologia disponível, veio trazer uma dinâmica de crescimento ao Grupo, com produtos de excelente qualidade, e custos mais reduzidos, que vão permitir competir no mercado, garantindo retorno ao acionista.

**2 Base de preparação**

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de abril de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
		Controladora		Consolidado
	Nota	2023	2022	2023 2022
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		(21.669)	(12.486)	(22.452) (12.919)
Outros resultados abrangentes		-	-	-
<b>Resultado abrangente do período</b>		(21.669)	(12.486)	(22.452) (12.919)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
		Controladora		Consolidado
	Nota	2023	2022	2023 2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(21.605)	(12.477)	(20.981) (948)
<b>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa</b>				
Depreciação e exaustão		-	-	65.123 64.457
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	-	-	9.232 8.420
Amortização de ativos intangíveis		-	-	4.214 461
Ganho líquido na venda de imobilizado	12	-	-	9.709 213
Impairment Imobilizado		-	-	15.978 -
Provisão para litígios	25	243	230	2.795 8.785
Juros incorridos sobre empréstimos e arrendamentos	16 e 17	-	-	40.257 46.357
Variação dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	22 e 16	-	-	61.747 110.595
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	(23.696) (44.923)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	-	-	314 41
Provisão para perdas de estoques	9	-	-	1.899 1.637
Equivalência patrimonial	11	21.799	12.308	- -
(Aumento) ou redução nos ativos		437	61	166.591 195.095
Contas a receber		-	-	(4.464) (8.005)
Estoques		-	-	(15.605) -
Impostos a recuperar		-	-	1.670 15.169
Outros créditos a receber	12	(50)	-	4.527 (2.647)
Fornecedores		-	-	(117) (3.576)
Salários e encargos sociais		-	-	1.280 (1.372)
Impostos a recolher	(5)	(16)	-	3.974 51.267
Adiantamentos a clientes		-	-	302 (423)
Outras contas a pagar	(2)	2	-	451 (4.596)
Pagamento de provisões para litígios	25	-	-	(343) (9.949)
Juros pagos	16	-	-	(39.828) (43.703)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(64)	-	(64) (6.308)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>378</b>	<b>(3)</b>	<b>118.374 180.952</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(34.690) (29.485)
Recebimento de dividendos	11	16.476	-	- -
Aquisição de intangível		-	-	(902) -
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>16.476</b>	<b>-</b>	<b>(35.592) (29.485)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(69.354) (34.690)
Recebimento de dividendos	11	-	16.476	- -
Aquisição de intangível		-	-	(9.117) (902)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>-</b>	<b>16.476</b>	<b>(78.471) (35.592)</b>
Empréstimos e financiamentos tomados	16	-	-	131.039 326.244
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	(62.532) (77.987)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	- 1.124
Pagamento de dividendos	19.e	-	(12.539)	- (12.539)
Pagamentos de arrendamento mercantil	17	-	-	(12.907) (8.972)
Pagamentos de empréstimos	16	-	-	(218.926) (409.049)
<b>Caixa líquido usado pelas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(12.539)</b>	<b>(163.326) (181.179)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>378</b>	<b>3.934</b>	<b>(123.423) (35.819)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	7	4.878	944	200.689 236.508
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	7	5.256	4.878	77.266 200.689
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(378)</b>	<b>3.934</b>	<b>(123.423) (35.819)</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

forma.

**4 Uso de estimativas e julgamento**

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

**5 Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas,** a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**6**

**7** As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**8**

**9** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 8 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 9 - mensuração das perdas por redução ao valor recuperável de estoques;

Nota explicativa 11C – teste de imparidade de ativo;

Nota explicativa 12 - vidas úteis, valor residual do ativo imobilizado e imparidade;

Nota explicativa 13 – prazos de arrendamento: se a Companhia possui razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Nota explicativa 23 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade



de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;  
Nota explicativa 25 - reconhecimento e mensuração de provisões pra litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e  
Nota explicativa 26 - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros

**Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor valor justo.

**10 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

**a. Base de consolidação**

**(i) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2020	2019
Supremo Cimentos S/A	Direto	96,53%	96,53%
Margem Companhia de Mineração	Indireto	100%	100%

**(ii) Participação de acionistas não-controladores**

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**(iii) Perda de controle**

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**(iv) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante, quando aplicável.

**d. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

**e. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

**(ii) Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iii) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(iv) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui um contrato indexado em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiro para proteção cambial.

**f. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado”. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

**g. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS.O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros

benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iii) Depreciação**

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.Intangível

**(i) Software**

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

**(ii) Ágio**

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

**(iii) Marcas registradas e licenças**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil.

**i. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**(i) Ativos não financeiros, exceto estoques**

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

**(ii) Ativos financeiros não-derivativos**

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

**j. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

**k. Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

**l. Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

**m. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

**(i) Venda de produtos**

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

**(ii) Prestação de serviços**

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando da prestação de serviço ao cliente.

**(iii) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

**n. Provisões**

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para providar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de

liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**o. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**p. Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocaram a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controlas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

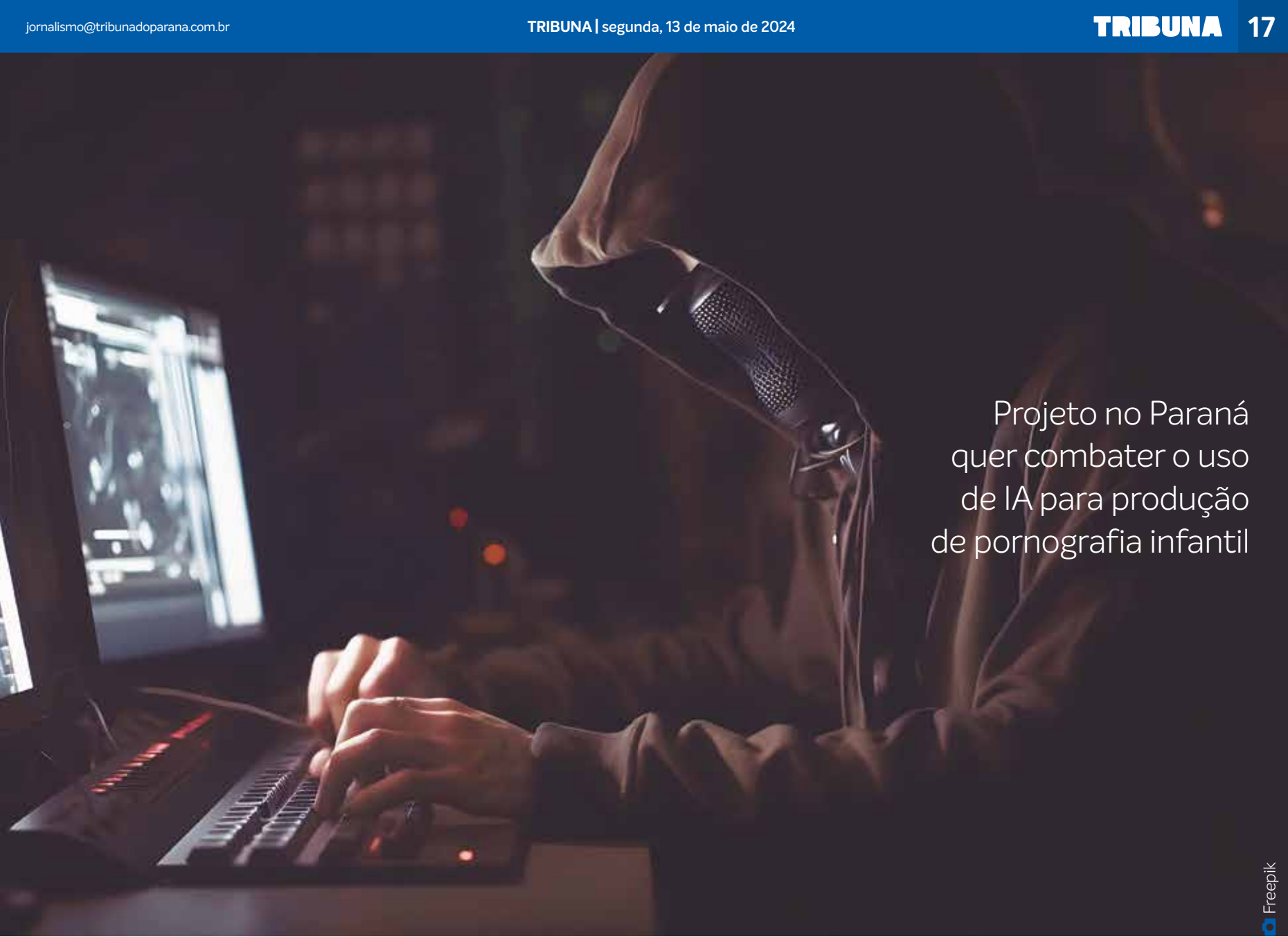
**q. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Otmar Hübscher Presidente	Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros Conselheiro
Carlos Alberto Medeiros Abreu Conselheiro	João Luís Barbosa Pereira de Vasconcelos Conselheiro
DIRETORIA	
Otmar Hübscher Diretor Presidente	Paulo de Andrade Nascentes da Silva Diretor
Contador	
Suzan Fernanda Humm Brehmer CRC SC 042221/O-2	

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes estão a disposição dos acionistas, de forma integral, na sede da Companhia.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas refere-se as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas integral e não as Demonstrações Financeiras Condensadas.





Projeto no Paraná quer combater o uso de IA para produção de pornografia infantil

# CRIME E TECNOLOGIA

Redação  
jornalismo@tribunadoparana.com.br

Inteligência Artificial (IA) é um dos maiores avanços tecnológicos dos últimos anos, porém, pedófilos vêm utilizando a tecnologia para produzir imagens falsas de crianças e adolescentes em cenas eróticas. O deputado Ney Leprevost protocolou na Assembleia Legislativa do Paraná projeto de lei para proibir que aplicativos de Inteligência Artificial gerem conteúdos que representem crianças e adolescentes em cenas de sexo ou de teor pornográfico. A matéria foi aprovada esta semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De acordo com o projeto, será de responsabilidade dos provedores de serviços de inteligência artificial a fiscalização dos conteúdos gerados que possam envolver imagens eróticas e pornográficas de crianças e adolescentes. Caso sejam encontrados conteúdos inapropriados, os provedores deverão desabilitar o acesso ao conteúdo e informar às autoridades competentes. Em um artigo recente publicado pelo Observatório da Internet de Stanford e pela Thorn, organização sem fins lucrativos que luta contra a disseminação do abuso sexual infantil online, os pesquisadores descobriram que, desde agosto do ano passado, houve um aumento na quantidade de material fotorrealista de abu-

so sexual infantil gerado por IA circulando na dark web. O primeiro aplicativo desse tipo, chamado DeepNude, ganhou notoriedade mundial e rapidamente se tornou viral.

O processo é simples: a partir de uma foto da pessoa vestida, o aplicativo cria uma nova imagem da pessoa sem a peça de vestuário.

“Precisamos proteger as

nossas crianças e adolescentes. Vale ressaltar que é crime compartilhar fotos e vídeos íntimos sem consentimento. Se for de criança ou de adolescente, não se pode comparti-

lhar nem com consentimento”, afirmou Ney. Para denúncias sobre esse tipo de crime o telefone é o Disque 100. A ligação é gratuita e pode ser anônima.

## ATAS E EDITAIS

Edital De Citação Destinatário(A/S): Jeison Francisco Mendes Prazo De 30 dias úteis O(A) Juiz(za) de Direito João Angelo Bueno, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, Faz Saber a todos que virem o presente Edital ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, assunto Alienação Fiduciária, sob nº 0007856-96.2017.8.16.0131, em que é autor Aymore Credito, Financiamento E Investimento S.A., e réu Jeison Francisco Mendes, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Jeison Francisco Mendes, portador(a) do CPF 277.256.788-59. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua Citação para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, no valor total de R\$ 52.538,40 ( CNFJ - Prov. 316/2022: Art. 235. A intimação para pagamento ou depósito de certa quantia, preparo de conta ou mera ciência de cálculo ou conta deverá sempre expressar o valor, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus (art. 3º, § 2º, Decreto-Lei nº 911/69), ou apresentar resposta em 15 (quinze) dias úteis (art. 3º, § 3º, Decreto-Lei nº 911/69), podendo oferecer resposta, ainda que tenha pago a dívida, caso entenda ter havido pagamento excessivo e desejar a restituição (art. 3º, § 4º, Decreto-Lei nº 911/69). Ainda, a(s) parte(s) fica(m) Ciente(S) de que, executada a liminar de busca e apreensão, em 5 (cinco) dias será consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (art. 3º, § 1º, Decreto-Lei nº 911/69). Tudo em conformidade com a respeitável decisão a seguir descrita: " 1. Reiteradamente frustradas as anteriores tentativas de citação e localização da parte ré Jeison Francisco Mendes, sendo desconhecido seu paradeiro, atendendo ao pedido retro (ev. 343.1), determino a citação editalícia de Jeison Francisco Mendes, com prazo de 60 (sessenta) dias, na forma dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Deverá constar do edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Não havendo as ferramentas previstas no art. 257, inciso II, do Código de Processo Civil, a publicação do edital pelo Cartório será feita por afixação do mesmo no quadro de avisos da vara e no Diário Oficial. Caberá a parte autora comprovar a publicação do edital em jornal local no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. 2. Estando em ordem a citação por edital, e esgotado o prazo de 60 (sessenta) dias, fica responsável a Defensoria Pública da comarca para apresentar eventual defesa cabível no prazo de 15 (quinze) dias. 3. Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os artigos 350 e 351, do Código de Processo Civil, podendo a parte autora corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 352, do Código de Processo Civil. 4. Após a apresentação da impugnação, ou esgotado o prazo, as partes devem ser intimadas para especificar as provas que pretendem produzir, nos termos do artigo 370, do Código de Processo Civil, justificando-as, sob pena de indeferimento, conforme o artigo 370, parágrafo único, do Código de Processo Civil. 5. Intimações e diligências necessárias. Pato Branco (PR), datado e assinado digitalmente. João Angelo Bueno Juiz de Direito Substituto" O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei. Pato Branco, 15 de abril de 2024. K-10e11005

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ**


**EDITAIS DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006, 90007 E 90008/2024**

O CRM-PR realizará **Pregão Eletrônico nº 90006, 90007 e 90008/2024** na forma de Registro de Preços, UASG 389174, para aquisição de **Gênero Alimentício, Materiais de Cozinha, e Materiais de Escritório**, para reposição do estoque do Almoxarifado, visando atender as demandas internas dos diversos Setores e Departamentos do CRM-PR, respectivamente.


Abertura da Sessão: 24/05, 27/05 e 28/05/2024 às 14h no site de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

Curitiba, 13 de maio de 2024.

**CONS. ROMUALDO JOSÉ RIBEIRO GAMA**  
Presidente

**CRM-PR**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

**Anuncie suas atas e editais aqui, ligue: (41) 3515-8731**

**TRIBUNA**  
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ITAU UNIBANCO S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avencas de nº 10151914901, no qual figura como Fiduciante PAMELA FERNANDA CASSAIS GARCIA, brasileira, solteira, empresária, portadora da CNH nº 04262267447-DETRAN/PR, inscrita no CPF/MF nº 063.647.619-76, residente e domiciliada em Cambé/PR, levará a PÚBLICO LEILÃO de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27, e parágrafos, no dia 20/05/2024 às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, em RIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), o imóvel objeto da matrícula nº 48.665 do Serviço de Registro de Imóveis de Cambé/PR, com a propriedade consolidada em nome do credor fiduciário constituído por: Área residencial em alvenaria com o total de 219,53m² (conf. Av. 02) e seu respectivo terreno, lote de terras nº 06 (seis), da quadra nº 05 (cinco) , com a área de 252,00m², no loteamento Jardim das Flores, neste município e Comarca de Cambé/PR, com as seguintes medidas e confrontações: "Frente, com a Rua Serra Geral, nº 205 (conf. Av. 03 e 04) , no rumo NW 80°40'00" SE, na extensão de 12,00m; lado direito, com o lote 05, no rumo SW 09°12'00" NE, na extensão de 21,00m; lado esquerdo, com o lote 07, no rumo SW 09°12'00" NE, na extensão de 21,00m; e fundos, com parte dos lotes 14 e 17, no rumo NW 80°48'00" SE, na extensão de 12,00m". Inscrição Municipal: 02.132.647.0024.000. Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 03/06/2024, às 15h30min, no mesmo horário e local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 364.814,06 (trezentos e sessenta e quatro mil oitocentos e quatorze reais e seis centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro ([www.FrazaoLeiloes.com.br](http://www.FrazaoLeiloes.com.br)), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site [www.FrazaoLeiloes.com.br](http://www.FrazaoLeiloes.com.br), respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site [www.FrazaoLeiloes.com.br](http://www.FrazaoLeiloes.com.br), e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP-2690-02) K-10,13e14/05

**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS 5**  
**COMISSÃO GENERAL PLÍNIO TOURINHO**

**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**BRASIL**  
UNião e Reconstrução

**AVISO DE LICITAÇÃO - PUBLICAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA Nº 90004/2024-CRO 5 – MENOR PREÇO POR ITEM**  
**Objeto: Implantação de Usina Fotovoltaica no Forte do Pinheirinho, em Curitiba/PR.**  
**Valor Estimado da Contratação: R\$ 2.267.452,14.**  
Data da Sessão Pública Eletrônica: dia 21 de maio de 2024, às 9h30, na plataforma do [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br). Informações no telefone de contato: (41) 3592-4130 (no SALC) ou nos sites: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://cro5.eb.mil.br/index.php/licitacoes>. Curitiba, PR, 6 de maio de 2024. **MÁRCIO LEANDRO BURIGO – Tenente-Coronel**, Ordenador de Despesas da CRO 5.



TBR130524 pdf

Código do documento a4fe9240-03ff-4b8c-8e68-9a9b69eb4678



## Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105  
Certificado Digital  
tppubleg@tribunadoparana.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 12 May 2024, 22:10:21

Documento a4fe9240-03ff-4b8c-8e68-9a9b69eb4678 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-05-12T22:10:21-03:00

### 12 May 2024, 22:11:07

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-05-12T22:11:07-03:00

### 12 May 2024, 22:11:54

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105  
**Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.143.96 (bfb18f60.virtua.com.br porta: 55482).  
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE\_ATOM: 2024-05-12T22:11:54-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):ae6cccc7b7aff5886f6660fd80051763fcb3e221f4a1654eaa9e36e05998b0d5  
(SHA512):365491d54c6a49cf9a063c04a89efe5de48534b53eee5a059d37b9a08659a7c777cd2b2cd08825b96000fd20d78a774e77feb098dffffb234b0a34331b5ab223

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**